

CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO E COMPARECIMENTO ELEITORAL: CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

*Mércia ALVES**
*Joscimar SILVA***
*Arthur SILVA****
*Luís Paulo SOARES*****

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir os índices de comparecimento eleitoral nos pequenos municípios brasileiros. Quais fatores interferem na participação das zonas eleitorais locais? Os contextos socioeconômico e demográfico podem ser considerados variáveis para compreensão dos índices de participação eleitoral? Se sim, como? Analisamos os casos dos municípios com maior abstenção, e os municípios com maior comparecimento nas eleições de 2016. Foram analisados dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e realizada uma regressão linear múltipla a partir das variáveis disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A hipótese é que o desenvolvimento socioeconômico do município influencia nos índices de participação eleitoral local. A partir dos resultados, o artigo traça algumas reflexões sobre a influência das características sociodemográficas nas taxas de comparecimento e abstenção eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições municipais. Pequenos municípios. Abstenção eleitoral.

* UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – merciaallves@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8008-6905>.

** UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-010 – joscimar144@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8045-6707>.

*** UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE – Brasil. 50670-901 – professor_arthurleandro@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-9809-9816>.

**** UNB – Universidade de Brasília. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 – luis_pcs@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9468-5447>.

1. Introdução

A participação eleitoral pode ser explicada como um cálculo racional sobre o valor do voto individual e dos benefícios individuais ou coletivos alcançados por este (FIGUEIREDO, 1991), por razões contingenciais sobre a decisão de votar ou não votar, a exemplo da ausência do domicílio eleitoral e da obrigatoriedade do voto (ARAÚJO, 2007), como uma manifestação da cultura política que valoriza os espaços de participação eleitoral (TORCAL, MONTEIRO, GUNTHER, 2002), ou ainda como um agregado de influências atitudinais (individuais) e macroestruturais (RIBEIRO, BORBA, SILVA, 2015). Mesmo com o instituto do voto obrigatório, ainda há no Brasil um amplo contingente de eleitores que não comparecem às urnas.

O objetivo do artigo é discutir os índices de comparecimento eleitoral em pequenos municípios brasileiros. Como recorte analítico, buscamos interpretar como os fatores macroestruturais de desenvolvimento econômico e social se relacionam às taxas de abstenção. Questionamos: Quais fatores interferem na participação das zonas eleitorais locais? Os contextos socioeconômico e demográfico podem ser considerados variáveis para compreensão dos índices de participação eleitoral? Se sim, como?

Analisamos os casos dos municípios com maior e menor abstenção eleitoral no primeiro turno das eleições de 2016 (TSE, 2016). São os municípios de maior abstenção eleitoral: Minas Novas, Rio Vermelho, Berilo e Novo Cruzeiro em Minas Gerais; de maior comparecimento: Presidente Castello Branco, em Santa Catarina; Travesseiro, Mampituba e Capitão, municípios do Rio Grande do Sul. A principal hipótese, elaborada a partir dos casos extremos de maiores abstenções e menores abstenções, é que o menor desenvolvimento socioeconômico do município influencie em maiores índices de abstenção eleitoral local.

Para responder às perguntas, na seção 2, o artigo apresenta de maneira sintética o debate sobre a participação e comparecimento eleitoral. Na seção 3, apresenta as notas metodológicas. Na seção 4, o artigo explora as possíveis hipóteses que justifiquem esses índices de abstenção e testa essas hipóteses a partir de uma regressão e partindo de casos exemplares de maior e menor abstenção eleitoral nas eleições 2016, considerando dados estaduais e nacionais. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais de estudo.

2. Participação e comparecimento eleitoral

Verba e Nie (1972), entendem as modalidades de participação política como as atividades relacionadas ao voto e às campanhas eleitorais – da busca por informação ao convencimento de outrem, da participação em comícios ao trabalho

junto aos partidos. A participação, a partir dessa visão mais tradicional, depende de fatores sociodemográficos e atitudinais aos quais os participantes são expostos.

Entre os autores responsáveis por propor uma visão mais ampla e próxima ao que entendemos hoje como participação estão Huntington e Nelson (1976) e Barnes e Kaase (1979). Os primeiros consideram como forma de participação as modalidades já pontuadas por Verba e Nie (1972), mas incluem os atos violentos a partir de uma perspectiva coletiva. Segundo eles, a participação pode ser organizada e legal, ou não, esporádica ou contínua. Barnes e Kaase (1979), partem dessa argumentação e consideram os protestos em todas as escalas – do abaixo assinado às greves – também atividades políticas, mas não tradicionais.

Em diálogo, Verba, Schlozman e Brady (1995), se propõem a entender quais fatores explicam o fenômeno da participação política. Os autores propõem um modelo segundo o qual, é necessário considerar variáveis relacionadas ao ativismo político (dependentes) e aos recursos disponíveis (independentes). Ambas variáveis do Modelo do Voluntarismo Cívico, como denominado, estão descritas na tabela abaixo.

Tabela 1: Modelo do Voluntarismo Cívico – Variáveis Dependentes e Independentes

Variáveis Dependentes	Trabalhar em campanhas Contribuir para campanhas Participar de protestos Manter contato com agentes públicos Exercer trabalhos informais junto à comunidade Ser membro de grupo político local Ser filiado Contribuir para uma causa política Votar
Variáveis Independentes	Tempo Dinheiro Habilidades Cívicas Engajamento Recrutamento

Fonte: Elaboração própria a partir de Verba, Schlozman e Brady (1995)

O modelo joga luz sobre as condições socioeconômicas para explicar a participação política. Isso significa dizer primeiro que, indivíduos com maior condição financeira e educação tendem a um maior engajamento. Segundo, que a desigualdade social é cara à democracia, ao passo que consideram ser saudável que todos os cidadãos sejam capazes de colocar as suas demandas em iguais condições. Em algum nível, Robert Dahl (2005), compartilha da mesma perspectiva, ao pontuar

para a necessidade de igualdade de condições para participação, principalmente de informação.

Por que alguns indivíduos participam e outros não? Se todas as formas de participação política demandam recursos (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995), sejam financeiros, de tempo ou as habilidades desenvolvidas (socialização no ambiente escolar ou igreja, comunidade, trabalho) necessárias para tanto, é plausível assumir que indivíduos não participam porque não podem, não querem ou não receberam os estímulos necessários para desenvolver esse interesse. Nesse ponto, é importante destacar que o engajamento está diretamente relacionado às oportunidades, e à cultura cívica, como pontuado por Almond e Verba (1963).

Cada modalidade de participação requer certos tipos de recurso, segundo Verba, Schlozman e Brady (1995). Neste artigo, tratamos de discutir o voto, precisamente, as taxas de abstenção e comparecimento, que para os autores, demandam baixo custo de informação (capacidade de transmissão), e pouco tempo. É notório que, para além das questões socioeconômicas e relacionadas à cultura cívica, os constrangimentos legais, a exemplo, a obrigatoriedade do voto, devem ser pontuados para a compreensão do fenômeno.

A participação política, a associação voluntária e a relação de identificação entre partidos e grupos, podem também ser entendidas em função da distribuição de incentivos individuais e coletivos (DUVERGER, 1980): de um lado, os grupos sociais visam ter as suas demandas atendidas; de outro, partidos políticos objetivam a conquista ou a manutenção de seus cargos eletivos e de legitimidade em âmbito governamental.

Existem muitos estudos que versam sobre a participação política-eleitoral em contextos nacionais, especialmente em democracias mais antigas. Conforme afirmam Ribeiro, Borba e Silva (2015), esse tipo de estudo é mais comum em países desenvolvidos. Apesar dos esforços em estudar países em desenvolvimento, estes ainda se centram a nível nacional. O esforço deste nosso trabalho é analisar os condicionantes da participação político-eleitoral em contexto municipal brasileiro.

A dimensão predominantemente urbana dos municípios pode estar associada à maior participação eleitoral. Esse fato se explica pela maior proximidade do eleitorado urbano com as dinâmicas políticas e suas consequências, porém, parte da teoria aponta que essa hipótese perde capacidade explicativa quando a taxa de urbanização se torna excessivamente alta (em grandes centros e conglomerados urbanos), pois nesses ambientes aumenta a apatia à participação eleitoral (RIBEIRO, BORBA, SILVA, 2015).

Estudos com dados nacionais também apontam que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita implica a redução da probabilidade de comparecimento eleitoral. Ribeiro, Borba e Silva (2015, p.102) afirmam que “o comparecimento é maior em contextos de baixa efetividade governamental e de menor PIB

per capita”. Embora os autores promovam uma análise dicotômica que separa as variáveis atitudinais (individuais) e as variáveis estruturais, é fundamental salientar a interdependência dessas variáveis. As ofertas políticas, a trajetória e experiência política histórica e outros fatores macroestruturais podem interferir diretamente na conformação dos sentimentos partidários e antipartidários que a população tem, impactando o comparecimento eleitoral (TORCAL, MONTEIRO, GUNTHER, 2002). Costa (2006), corrobora com essa perspectiva. Para o autor, além do IDH e do IES¹, interferem fatores de ordem político-conjuntural, como sistema eleitoral e o papel dos meios de comunicação nos processos eleitorais.

Estudos comparados como os realizados por Dettrey e Schwindt-Bayer (2009), apontam para variáveis institucionais para explicar índices de comparecimento e abstenção. Segundo os dados apresentados relativos às democracias sul-americanas, impactam esse índice: a existência de eleições concomitantes para diferentes cargos e da possibilidade de segundo turno, o número de partidos políticos e de candidatos, além da obrigatoriedade do voto.

A abstenção no Brasil, segundo Silva (2016), é de caráter estrutural. O autor pontua duas variáveis macro conjunturais: a Qualidade da Democracia (o tempo de vida do regime e as garantias das liberdades), e o acirramento das eleições que aumenta o interesse (ou o contrário). O autor identifica no contexto latino-americano, dinâmicas próprias que explicam o fenômeno e aspectos presentes também em países desenvolvidos. De forma geral, segundo os dados apresentados na pesquisa, a abstenção é uma expressão de protesto de um eleitor afastado da política, inclusive aquele que demonstra satisfação com a democracia representativa. Segundo Fisichiella (1992), a abstenção exprime uma orientação de consciente hostilidade ao regime e inutilidade da própria participação.

Cabe ressaltar a tendência apontada por O’Donnell e Schmitter (1986) – chamada tese do arrefecimento da participação eleitoral – de declínio do comparecimento eleitoral ao passar dos anos. Essa tendência está relacionada ao aperfeiçoamento da democracia representativa e das garantias das liberdades individuais, valores invioláveis que independem do resultado das eleições. Sob essa perspectiva, determinado grau de abstenção não lesa a legitimidade da democracia. Ou, ao contrário, o comparecimento às urnas pode aumentar se algumas das liberdades e direitos individuais ou de grupos forem ameaçadas, como pontuamos a partir de Silva (2016), assim como interesse e a busca por informação política.

Considerando essas diferentes variáveis que interagem no processo de comparecimento e abstenção eleitoral, este artigo dedica-se apenas à análise de desenvolvimento socioeconômico, buscando a partir desta traçar hipóteses das razões

¹ Índice de Desenvolvimento Humano (relação diretamente proporcional) e Índice de Exclusão Social (relação inversamente proporcional).

que justificam as taxas de abstenção eleitoral. Busca-se contribuir com dados para essa discussão considerando um recorte pouco analisado pela ciência política, os pequenos municípios².

3. Notas Metodológicas

O objeto do artigo é discutir os índices de comparecimento eleitoral a partir da análise do desenvolvimento socioeconômico e demográfico em pequenos municípios. Para isso, foi realizada uma análise macro a partir de dados sobre os municípios brasileiros, e uma análise focalizada nos casos extremos da participação eleitoral nos municípios: Minas Novas, Rio Vermelho, Berilo e Novo Cruzeiro em Minas Gerais – com maior abstenção; Presidente Castello Branco em Santa Catarina; Travesseiro, Mampituba e Capitão, municípios do Rio Grande do Sul – com maior comparecimento. Para isso, apresentamos os municípios brasileiros com maior e menor percentual de abstenção referente às eleições de 2016, e um resumo das informações do município e do pleito, e apresentamos os mapas de localização dos municípios (Figuras 1, 2 e 3).

Das variáveis disponíveis no banco de dados do TSE (2016), foram escolhidas para teste aquelas que melhor se relacionam à condição de abstenção nos Estados de interesse para este trabalho, ou que possam contribuir para a compreensão do fenômeno a partir da composição sociodemográfica do eleitorado. Daí foi organizado o banco de dados com 5597 observações, que corresponde aos números de comparecimento na votação do 1º turno das eleições de 2016 (em 5570 municípios), mais os números do comparecimento obtidos (em 27 localidades) onde houve 2º turno, naquele ano.

As variáveis do banco de dados do TSE estão elencadas a seguir:

- Região do País (Nordeste: 1 ou 0)³
- Município de Minas Gerais (MG: 1 ou 0)
- Município de Santa Catarina (SC: 1 ou 0)
- Município do Rio Grande do Sul (RS: 1 ou 0)
- Proporção de pessoas com mais 70 anos de idade no conjunto do eleitorado (prop_v70anosoumaior: de 0 a 1,00)

² Considera-se para fins desta análise que pequenos municípios são aqueles com menos de 50.000 habitantes, nos quais se enquadram todos os oito casos de municípios de maior participação eleitoral e maior abstenção.

³ Os testes T de médias para as outras Regiões do país, a saber, Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, ou apresentaram elevada significância ou reduzido valor de teste, de modo que se optou por utilizar apenas a Região Nordeste na modelagem da regressão. Tal expediente reforça o caráter excepcional dos municípios de destaque, selecionados para este estudo.

- Proporção de pessoas analfabetas e/ou sem escolarização formal, no conjunto do eleitorado (prop_sem_escolarização: de 0 a 1,00)
- Proporção de mulheres no conjunto do eleitorado (prop MULHER: de 0 a 1,00)

Também foram inseridas no modelo os dados correspondentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010 (a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), a população estimada para o município em 2016, e a informação sobre o status do município (se se trata de capital do Estado, ou não):

- IDH-M_2010 (2010: de 0,467 a 0,919)
- População residente em 2016 (pop_2016: de 815 a 12.038.175)
- Capital de Estado (capital: 1 ou 0)

A variável dependente do teste foi a proporção de abstenções em cada grupo de 1000 eleitores aptos a votar, na eleição de 2016, por município – Abstenções (abs1000aptos: de 16 a 348).

Estabelecidas as variáveis, foi realizada regressão linear múltipla, definida na linguagem estatística como um método para se estimar os valores esperados de uma variável y (no caso, a proporção de abstenção eleitoral para cada grupo de 1000), dados os valores algumas outras variáveis x (os regressores do banco de dados, especialmente montado, conforme apresentado acima).

A regressão linear múltipla, então, busca a estimação de valores de uma variável y (desconhecidos) a partir de uma relação linear assumida, e que é submetida a teste a partir de uma matriz de valores x , conhecida, pelo chamado método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). Trata-se de uma consagrada técnica de otimização matemática que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados, tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado para y , e os dados observados na mesma variável.

Nos modelos de regressão utilizados neste trabalho, assegurou-se que as variáveis preditoras não fossem previsíveis a partir de outras variáveis independentes, e para isso foi inserido o controle de multicolinearidade mediante cálculo do Fator de Inflação da Variância (*Variance Inflation Factor* – VIF). Como regra geral (BELSLEY, 1991), quando o VIF assume valores maiores que 10, há provavelmente um erro de especificação no modelo, e os coeficientes da regressão estão provavelmente viesados; por outro lado, medidas entre 5 e 10 demandam alguma atenção analítica para entender que tipo de associação está gerando a medida, e se é conveniente ou não manter o regressor no modelo. Valores inferiores a 5 e maiores que 1 são comuns, e embora indiquem algum nível de correlação entre os regressores,

não há problemas de estimação em face de multicolinearidade. Neste trabalho, o VIF foi sempre mantido abaixo de 10, em todos os efeitos parciais, para cada um dos modelos de regressão; VIFs acima de 5 e abaixo de 10, eventualmente, foram tolerados quando as variáveis colineares foram usadas apenas controle explicativo, e sem colinearidade com as variáveis de interesse, cujos coeficientes seriam afetados.

4. Abstenção eleitoral nas eleições de 2016

4.1. Regressão linear múltipla

O modelo de regressão elaborado explica 59,5% da variabilidade da medida dependente. O fato de o município ser do Nordeste do Brasil diminui a abstenção, em média, para 38 eleitores (aproximadamente) para cada grupo de 1000: no cômputo geral, o Nordeste teve a menor abstenção do país. Também é assim para o agregado dos municípios de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com reduções, na média dos municípios de cada Estado, de 21, 16 e 33 abstenções, em cada grupo de 1000. Por outro lado, numa situação hipotética em todos os eleitores fossem maiores de 70 anos, a abstenção cresceria, em média, a 845 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município; fenômeno semelhante, com acréscimo de 448 e 139 eleitores no grupo, respectivamente, seria percebido em municípios com 100% das pessoas sem nenhuma escolarização, ou que tivesse apenas mulheres cadastradas para votar.

O teste inseriu, ainda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 ($B = -31,58$), a população residente no município ($B < 0,00$) e a classificação do município como capital do Estado ($B = 4,25$). Dessas variáveis, apenas para o IDHM foi verificado efeito diferencial negativo, com redução na abstenção em quase 32 eleitores para cada grupo de 1000, na situação hipotética do município com escore máximo de desenvolvimento humano. Para as duas outras, contudo, a significância superior a 0,05 não permite extrapolar a influência dessas variáveis para além do conjunto de dados analisado, sob pena de se cometer um Erro do Tipo I.

Tabela 2: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – Brasil

R² ajustado: 0,595	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-190,21	23,37	-	-8,14	0,000	-
Nordeste	-38,12	1,81	-0,30	-21,07	0,000	2,844
Município de MG	-21,11	1,55	-0,13	-13,62	0,000	1,248
Município de SC	-15,67	2,47	-0,06	-6,33	0,000	1,225
Município RS	-33,18	2,06	-0,16	-16,11	0,000	1,308
Prop_v70anosoumaior	844,87	12,00	0,69	70,43	0,000	1,303
Prop sem escolarização	448,48	17,49	0,44	25,64	0,000	3,929
Prop MULHER	139,05	36,18	0,03	3,84	0,000	1,107
IDH-M_2010 ⁴	-31,58	15,14	-0,05	-2,09	0,037	6,329
pop_2016	0,00	0,00	-0,02	-1,48	0,139	1,531
Capital	4,25	9,05	0,00	0,47	0,639	1,471

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

Para melhor analisar o nível de desagregação das UF de interesse, considerando os casos de maior e menor participação eleitoral nas eleições 2016, foi também gerado quadro de regressão para os municípios mineiros, catarinenses e gaúchos. Em Minas Gerais, considerada a totalidade de eleitores maiores de 70 anos, a abstenção cresceria, em média, a 972 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município (maior que a média nacional); do mesmo modo, com acréscimo de 506 (maior que o efeito nacional) e 114 (menor que o nacional) eleitores no grupo, respectivamente, seria percebido aumento em municípios com 100% das pessoas sem nenhuma escolarização, ou que tivesse apenas mulheres cadastradas para votar.

O teste para Minas Gerais também inseriu o IDHM de 2010 ($B = -242,81$), a população residente no município ($B < 0,00$) e a classificação do município como capital do Estado, exclusiva da cidade de Belo Horizonte ($B = -42,21$). Apenas para o IDHM o teste foi significativo, revelando que a abstenção tende a decair, conforme aumenta o IDHM, até o limite hipotético de um município com o índice igual a 1,000 (100% de desenvolvimento humano). População residente no município e condição de capital apresentaram significância superior a 0,05, e não explicam satisfatoriamente a abstenção.

⁴ Vê-se que o VIF da variável *IDH-M_2010* é superior a 5, dado o fato de que a escolarização da população (variável *Prop sem escolarização*, $VIF = 3,929$) é uma das componentes, mas não única, do cálculo do IDH-M. A mesma situação se observa na tabela 6.

Tabela 3: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – MG

R² ajustado: 0,610	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-91,23	56,88		-1,60	0,109	-
Prop_v70anosoumaior	972,20	32,41	0,79	30,00	0,000	1,526
Prop sem escolarização	505,98	42,19	0,44	11,99	0,000	2,891
Prop MULHER	114,16	85,53	0,03	1,33	0,182	1,079
IDH-M_2010	-242,81	37,60	-0,25	-6,46	0,000	3,264
pop_2016 ⁵	0,00	0,00	0,04	0,92	0,356	5,071
Capital	-42,21	71,79	-0,03	-0,59	0,557	4,436

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

No caso de Santa Catarina, quando todos os eleitores fossem dispensados de votar em razão da senioridade, a abstenção cresceria, em média, a 818 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município; fenômenos semelhantes, com acréscimo de 64 (menor que o nacional) e 245 (maior que o nacional) eleitores no grupo, respectivamente, seria percebido em municípios com 100% das pessoas sem nenhuma escolarização, ou que tivesse apenas mulheres cadastradas para votar. Em Santa Catarina, nem a medida do IDH-M_2010, nem a população residente no município em 2016, nem a condição de capital (exclusiva de Florianópolis) fizeram-se significantes, a um nível de teste de 0,05, para a explicação da variável dependente.

Tabela 4: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – SC

R² ajustado: 0,722	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-176,08	61,73		-2,85	0,005	-
Prop_v70anosoumaior	818,45	34,21	0,85	23,93	0,000	1,324
Prop sem escolarização	63,85	40,13	0,06	1,59	0,113	1,652
Prop MULHER	264,62	106,23	0,08	2,49	0,013	1,171
IDH-M_2010	-37,60	50,97	-0,03	-0,74	0,461	1,925
pop_2016	0,00	0,00	-0,03	-0,61	0,543	1,772
Capital	8,45	25,03	0,01	0,34	0,736	1,307

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

⁵ Vê-se que o VIF da variável *pop_2016* é discretamente superior a 5, dado o fato de que a população da capital é a maior dentre os municípios da UF (variável *Capital*, VIF = 4,436). Os autores decidiram manter ambas as variáveis por entender que as informações trazidas pelos regressores são qualitativamente diferentes.

*Cidadania, desenvolvimento e comparecimento eleitoral:
condicionantes da participação política em pequenos municípios*

Nas analisadas a seguir, observa-se que, caso todos os eleitores fossem dispensados da obrigação de votar em razão da senioridade (idade mínima de 70 anos), a abstenção sofreria, em média, o impressionante incremento de 906 eleitores a cada grupo de 1000 eleitores do município. Cresceria também, com acréscimo médio de 271 (maior que o nacional) eleitores, no caso de município que fosse constituído de um eleitorado exclusivamente feminino. Nem a escolarização, nem o IDHM, nem a população residente ou a condição de capital, observada em Porto Alegre, fizeram-se significantes para a explicação da variável dependente.

Tabela 5: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – MG

R ² ajustado: 0,829	Coef não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-204,72	51,23		-4,00	0,000	-
Prop_v70anosoumaior	906,23	27,70	0,90	32,71	0,000	2,036
Prop sem escolarização	19,45	35,52	0,02	0,55	0,584	2,198
Prop MULHER	271,76	79,09	0,07	3,44	0,001	1,247
IDH-M_2010	-47,07	45,49	-0,03	-1,03	0,301	2,293
pop_2016	0,00	0,00	-0,04	-1,07	0,286	4,493
Capital	46,15	44,88	0,04	1,03	0,304	3,679

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

Como último ponto da análise de regressão, para investigação de municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes, é importante observar que os municípios nordestinos têm abstenção menor que o restante dos municípios brasileiros, em média, para 33 eleitores (aproximadamente) em cada grupo de 1000. Ao se considerar a situação hipotética de que todos os eleitores fossem maiores de 70 anos, ou não tivesse qualquer escolarização, a abstenção cresceria, em média, a 735 e 438 eleitores a cada grupo de 1000, respectivamente. Por outro lado, a proporção de mulheres no eleitorado, e a população residente no município fazem diferença na abstenção observada nos municípios deste segmento: caso fossem apenas mulheres o conjunto de eleitores aptos a votar, a abstenção diminuiria em 83 eleitores para cada mil; também se vê que a abstenção cresce em 2 eleitores que deixam de comparecer, em média, para cada mil pessoas residentes no município ($B > 0,002$). O IDHM, neste grupo de municípios, não se mostrou relevante ($p > 0,05$).

Tabela 6: Modelo de regressão MQO para as condicionantes da abstenção eleitoral – Pequenos Municípios

R ² ajustado: 0,557	Coef. não padronizados (B)	Erro Padrão	Coef. Padronizados (Beta)	T	Sig.	VIF
(Constante)	-82,94	26,83		-3,09	0,002	-
Nordeste	-32,92	2,14	-0,27	-15,39	0,000	2,644
Prop_v70anosoumaior	734,63	20,24	0,47	36,29	0,000	1,420
Prop sem escolarização	437,88	19,26	0,47	22,74	0,000	3,594
Prop MULHER	-82,93	42,76	-0,02	-1,94	0,052	1,084
IDH-M_2010	-28,16	18,08	-0,04	-1,56	0,119	5,834
pop_2016	0,002	0,00	0,22	16,96	0,000	1,415

Fonte: Autores, com base em dados do IBGE, 2016 e 2010 (IDHM)

4.2. Maior abstenção eleitoral: os municípios

Entre os municípios com maior percentual de abstenção eleitoral, se destacam quatro, ambos no Estado de Minas Gerais. Minas Novas, Berilo e Novo Cruzeiro, situados ao norte do estado de Minas Gerais, na microrregião de Capelinha que pertence à mesorregião do Jequitinhonha. Rio Vermelho se localiza na região de Conceição do Mato Dentro, mais próximo à Região Metropolitana de Belo Horizonte. A tabela 7 apresenta esses dados:

Tabela 7: Municípios com maior percentual de abstenção nas Eleições de 2016 no primeiro turno

Município	População ⁶	Colégio ⁷	Abstenção ⁸
Minas Novas	31.497	22.962	34,7% (8.007)
Rio Vermelho	12.739	11.019	33,5% (3.706)
Berilo	11.872	9.659	32,1% (3.116)
Novo Cruzeiro	31.335	24.504	31,9% (7.834)

Fonte: Autores, com base em dados do TSE, 2016.

⁶ IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019.

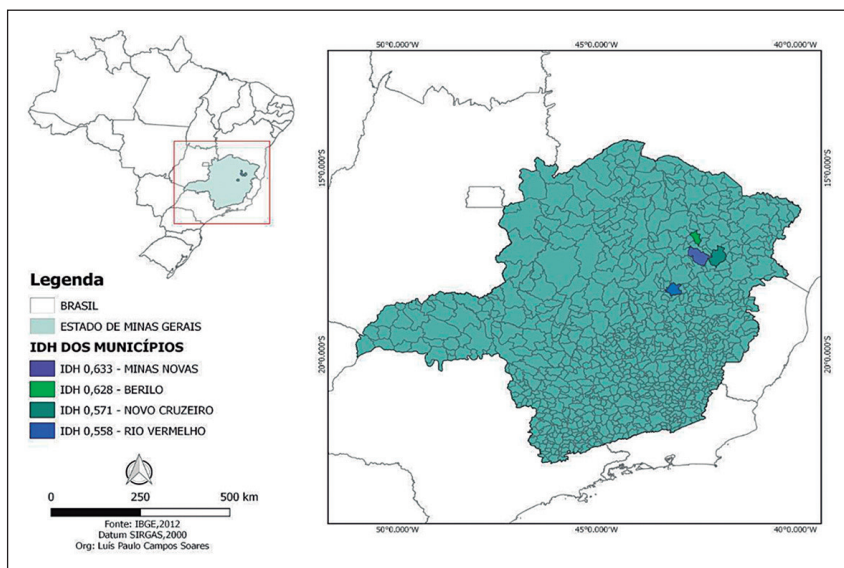
⁷ TSE, Estatísticas do eleitorado – Consulta por região/UF/município, 2016.

⁸ TSE, Estatísticas do eleitorado – Consulta por região/UF/município, 2016.

*Cidadania, desenvolvimento e comparecimento eleitoral:
condicionantes da participação política em pequenos municípios*

Como será demonstrado no mapa da Figura 1, os três municípios, além de pertencentes ao mesmo estado, situam-se bem próximos, identificando-os num mesmo eixo viário do estado.

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios de Minas Novas, Berilo, Novo Cruzeiro e Rio Vermelho do Estado de Minas Gerais



Fonte: Autores, com base em Divisão Territorial (IBGE, 2013); Malha Municipal: (IBGE, 2013).

Além dos quatro municípios com maior abstenção eleitoral estarem em Minas Gerais, três destes estão na mesorregião do Jequitinhonha, a mais pobre do estado. O IDHM e o Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) destes municípios também demonstram um padrão que ajuda a compreender essas realidades locais. O IDHM dos municípios analisados gira em torno de baixo e médio baixo. Os dados apontam que os municípios sobrevivem de agricultura de subsistência e benefícios sociais, como aposentadorias e políticas de transferência de renda. Dessa forma, os casos desses municípios ajudam a explicar uma dimensão mais ampla da abstenção eleitoral relacionada a um baixo IDHM, apontando que o desenvolvimento socioeconômico é, em alguns contextos, uma influência direta na participação eleitoral.

a) Minas Novas

Minas Novas é um município da região mineira do Alto Jequitinhonha, com densidade demográfica de 16,9 habitantes por km². O IDHM é 0,633 (IBGE, 2010) e o PIB per capita de R\$ 9.476,24 (IBGE, 2018), ambos abaixo da média estadual, o que reforça a dominância explicativa do IDHM baixo sobre a abstenção eleitoral.

No município, Aécio Guedes, do PRB⁹, foi eleito com 62,25% (8.592 votos), contra o então prefeito Gil, do PPS¹⁰, com 36,75% (4.993). Brancos somaram 1,9% (285), nulos, 7,6% (1.156). O prefeito eleito aos 42 anos, Aécio Guedes, se declara pardo, casado e é administrador e tem o ensino médio completo.

b) Rio Vermelho

Rio Vermelho é um município da microrregião mineira de Conceição do Mato Dentro, com densidade demográfica de 13,83 habitantes por km². O IDHM é 0,558, um dos mais baixos do país (IBGE, 2010) e o PIB per capita é de R\$ 8.649,64 (IBGE, 2018), reafirmando a influência do IDHM sobre o aumento da abstenção eleitoral.

No município, Faria, do DEM¹¹, foi eleito com 59,2% (3.813), contra Djalma, do PSDB¹², que alcançou 33,42% dos votos (2.152). Também foi candidato, Alirio do Sindicado, pelo PP¹³, com 7,3% (474). Brancos somaram 2,8% (211) e os nulos 9,62% (708). O prefeito foi eleito em 2016 aos 78 anos, é casado, possui o ensino fundamental completo, é divorciado, branco e aposentado.

c) Berilo

Berilo é um município da região mineira do Jequitinhonha, com densidade demográfica de 20,95 habitantes por km². O IDHM é 0,628 (IBGE, 2010) e o PIB per capita de R\$ 7.912,03 (IBGE, 2018), contexto onde o IDHM também sinaliza para a abstenção eleitoral.

Lázaro, do PP¹⁴, foi eleito no município com 55,8% dos votos (3.435), contra Higor De Ioiô, do PSDB¹⁵, com 44,1% (2.718). Os votos brancos somam 1,4% (96)

⁹ Coligação Minas Novas Unida: PRB / PT / PMDB / PTN / PSC / DEM / PSDC / PROS / PC do B / PDT / PSB / PV / PRP / PHS / PR / PSD / PMN.

¹⁰ Coligação de Mãos Dadas Com O Progresso: PPS / PP / PTB / PSDB.

¹¹ União, Trabalho e Competência: PMDB / DEM / PV / PPS / PR.

¹² Fé, União e Trabalho: PHS / PSDB / PSB / PSD.

¹³ Partido isolado.

¹⁴ Coligação: de Volta Ao Progresso PMDB / PSD / PT / PP / PV.

¹⁵ Coligação: Povo unido PR / PSDB / PHS / PPS / DEM.

e nulos, 4,9% (324). Lázaro foi eleito aos 56 anos, é comerciante e casado, se declara pardo e possui o ensino superior completo.

d) Novo Cruzeiro

Novo Cruzeiro é um município da região mineira do Jequitinhonha, com densidade demográfica de 18,04 habitantes por km². O IDHM é 0,571 (IBGE, 2010) e o PIB per capita de R\$ 7.531,17 (IBGE, 2018) que, assim como os demais casos estudados, com baixo PIB per capita e IDH, apontam que há maior influência do IDHM sobre a abstenção, que uma possível influência do baixo PIB per capita influenciando o aumento da participação eleitoral nos municípios.

Com 54,7% (8.356), foi eleito no município, Nem Capotão do PR¹⁶. Padre Demiro, do PV¹⁷, alcançou 45,2% dos votos (6.909). Brancos somaram 1,4% (234), e 7,45% foi o percentual de nulos (1.248). O prefeito foi eleito aos 43 anos, é comerciante e casado, possui o ensino médio completo e se declara branco.

4.3. Menor abstenção eleitoral: os municípios

Contrário aos municípios mineiros que contam com as maiores taxas de abstenção eleitoral, os municípios com as menores taxas de abstenção possuem um alto PIB e alto IDHM. Além disso, possuem maior contingente populacional por km², como será demonstrado.

Tabela 8: Municípios com menor percentual de abstenção nas Eleições de 2016 no primeiro turno

Município	População	Colégio	Abstenção
Presidente Castello Branco	1.547	1.610	1,5% (25)
Travesseiro	2.334	1.855	1,6% (31)
Mampituba	2.973	2.635	1,6% (44)
Capitão	2.763	2.447	1,8% (45)

Fonte: Autores, com base em dados do TSE, 2016.

Presidente Castello Branco é um dos municípios que apresentam distorção entre população e colégio eleitoral. O número de municípios que compartilha do

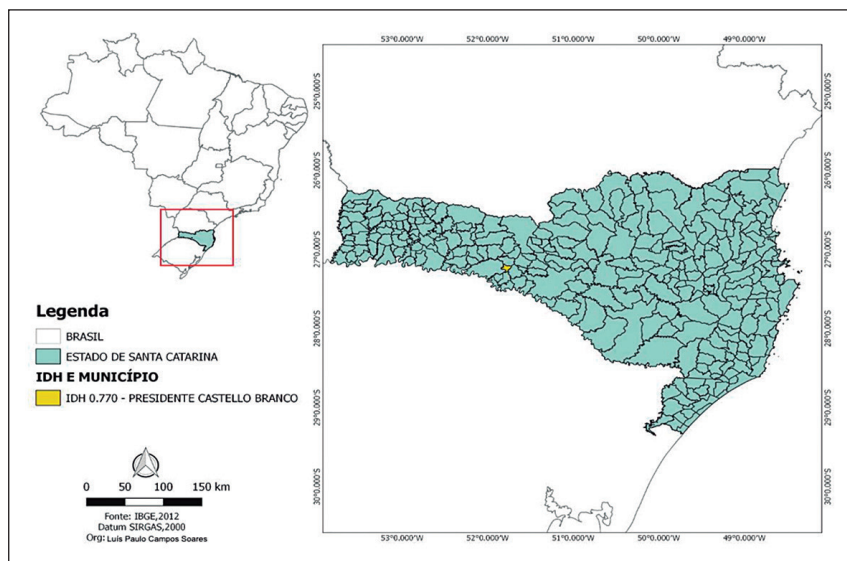
¹⁶ Coligação: Novo Cruzeiro, Nosso Compromisso PRB / PP / PR / PSDC / PROS.

¹⁷ Coligação: Honra, Trabalho e Fé PT / PSDB / PMN / PSL / PT do B / PTC / PSC / PMDB / PSD / SD / PC do B / PDT / PHS / PPS / PRP / PSB / PV.

cenário diminuiu entre os pleitos de 2016 e 2018, de 348 para 308. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que cruzou dados do TSE e IBGE, em 2020 esse número foi de 473. Estão entre os estados com maior número de cidades na situação, Goiás (22,7%), Rio Grande do Norte (17,9%) e Paraíba (14,8%), segundo a mesma pesquisa.

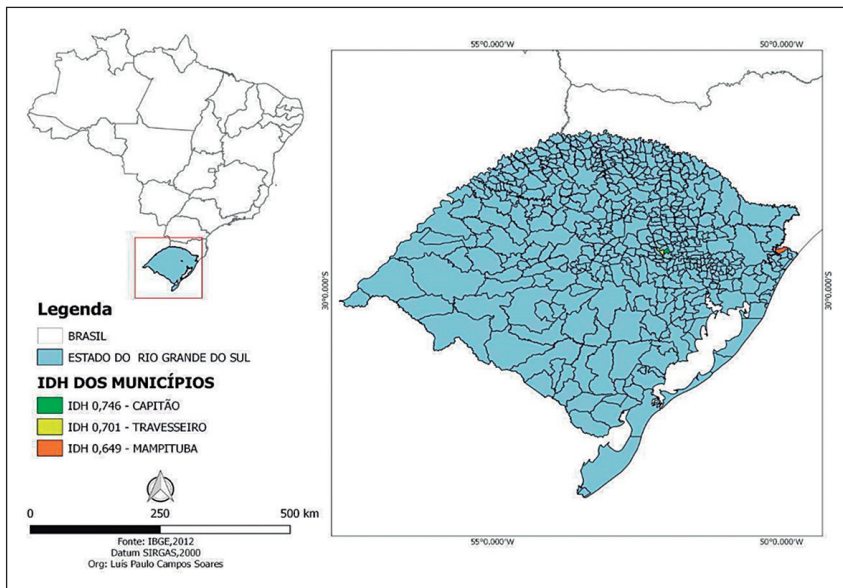
Em entrevista concedida ao portal de notícias G1 (D'AGSOTINO, 2016) os representantes do TSE declararam que esses números não configuram fraude, e apontaram como uma das explicações possíveis, que o domicílio eleitoral nem sempre é o mesmo que o domicílio civil. Para o consultor da área técnica da Confederação Nacional de Municípios, em entrevista à Agência Brasil (MELO, 2020), esses números podem ser justificados por desatualizações nas estimativas do IBGE, por questões afetivas, uma vez que existe uma ligação, das pessoas aos seus municípios de nascimento, especialmente os pequenos. Segundo o consultor, que não descarta a possibilidade de fraudes, as pessoas migram por questões profissionais ou para estudar, e não transferem seus títulos eleitorais.

Figura 2 – Mapa de localização do Município de Presidente Castelo Branco – SC



Fonte: Autores, com base em Divisão Territorial (IBGE, 2013); Malha Municipal: (IBGE, 2013)

Figura 3 – Mapa de localização dos municípios de Capitão, Travesseiro e Mampituba do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Autores, com base em Divisão Territorial (IBGE, 2013); Malha Municipal: (IBGE, 2013)

a) Presidente Castello Branco

Presidente Castello Branco é um município localizado ao sul do estado de Santa Catarina, na fronteira com o Rio Grande do Sul e tem densidade demográfica de 26,29 habitantes por km². O IDHM é 0,770 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 28.902,12 (IBGE, 2018). O que poderia afetar nesse contexto, promovendo aumento da abstenção eleitoral seria a baixa escolarização, que no cálculo do IDHM 2010 recebeu nota mediana de 0,637, porém, dados de 2017 apontam a existência de altas taxas de escolarização, em 100% na faixa etária entre 6 a 14 anos de idade, o que pode indicar um cenário de redução do déficit educacional.

Miotto do PMDB¹⁸ (hoje MDB), foi eleito prefeito no município com 51,8% dos votos (805). Em segundo lugar, o candidato do PP¹⁹, Benjamin Frigo, com 48,1% (748). Brancos somaram 0,4% (7) e nulos, 1,6% (26). Eleito aos 55 anos, o prefeito é agricultor, tem o ensino fundamental completo, é casado e se declara branco.

¹⁸ Coligação: Unindo Forças Para O Desenvolvimento PMDB / PSDB / PSD.

¹⁹ Coligação: Chegou A Hora da Mudança PP / PT / PSC / PR.

b) Travesseiro

Travesseiro é um município do Rio Grande do Sul, com densidade demográfica de 28,52 habitantes por km². O IDHM é 0,701 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 25.835,77 (IBGE, 2018). Considerando os dados estaduais, o que poderia afetar gerando maior abstenção seria a senioridade e a predominância do sexo feminino. No item longevidade do IDHM, Travesseiro tem o alto desempenho de 0,839 e sendo sua população idosa de maioria feminina. O tamanho populacional do município, estimado em 2334 residentes, pode afetar pouco as dimensões estaduais cabendo, portanto, um estudo mais aprofundado do caso.

Neco, do PSB,²⁰ foi eleito prefeito no município com 57,1% dos votos (1.023), contra 42,8% (767) de Ariberto Quinot do PMDB²¹ (hoje MDB). A cidade registrou 0,7% (14) de votos brancos e 1,3% (25) de nulos. Eleito aos 67 anos, o prefeito é casado e tem o ensino médio completo, se declara branco e é aposentado.

c) Mampituba

Mampituba é um município do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina. Com densidade demográfica de 19,02 habitantes por km² e IDHM de 0,649 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 17.811,58 (IBGE, 2018). Com o menor IDHM entre os casos de menor abstenção, Mampituba possui alto índice de longevidade 0,813 e menor proporção de mulheres, considerando os dois fatores associados à abstenção nos municípios do Rio Grande do Sul.

Dirceu, do PT²², foi eleito no município com 56,5% (1.421) dos votos, contra 43,4% (1.091) do seu adversário, Penacho do PDT²³. Foram 0,8% (23) de votos brancos, e 2,2% (44) de nulos. O prefeito eleito é agricultor, eleito aos 54 anos, é casado, tem o ensino médio completo e se declara branco.

d) Capitão

Capitão é um município do Rio Grande do Sul, na divisa com o estado de Santa Catarina. Com densidade demográfica de 35,64 habitantes por km² e IDHM de 0,746 (IBGE, 2010) e PIB per capita de R\$ 23.671,55 (IBGE, 2018). Capitão concentra alta longevidade (0,842) e menor proporção de mulheres em relação aos homens.

²⁰ Coligação: Travesseiro para todos PSB / PT.

²¹ Coligação: Travesseiro precisa continuar PMDB / PTB / PP.

²² Coligação: no Rumo Certo Para Novas Conquistas PTB / PMDB / PT.

²³ Coligação: Mampituba Que A Gente Quer PP / PDT.

Do PMDB (MDB)²⁴, Paulinho foi eleito no município com 56,2% (1.329) dos votos. Seu adversário, Fabinho do PP²⁵, conquistou 43,7% (1.033). Somaram brancos, 0,7% (17) e nulos 1,2%. O candidato eleito aos 40 anos é casado, empresário, tem o ensino fundamental completo e se declara branco.

5. Considerações finais

Este artigo partiu dos dados sobre municípios com maiores taxas de comparecimento eleitoral e com maiores taxas de abstenção eleitoral nas eleições municipais de 2016. Seu objetivo principal foi traçar e explorar hipóteses explicativas sobre as razões da abstenção eleitoral a nível dos municípios brasileiros, contribuindo assim com um debate ainda pouco presente na literatura em ciência política no Brasil.

Os municípios selecionados atendem o padrão do seu respectivo Estado, do conjunto de pequenos municípios, e do restante do país. Dessa forma, os resultados apresentam consistência dos dados e demonstram que os dados agregados nacionais não são suficientes para uma explicação de algumas razões da abstenção em eleições municipais, lacuna que começou a ser explorada neste artigo.

A partir desses dados, percebe-se que os quatro municípios mineiros (Minas Novas, Rio Vermelho, Berilo e Novo Cruzeiro) são *outliers*, já que os dados nacionais apontam uma tendência para maiores taxas de abstenção eleitoral nos municípios mais populosos. Dessa forma, estes municípios merecem um estudo mais aprofundado em relação às dimensões socioeconômicas e demográficas para explicar as razões da elevada abstenção.

Neste trabalho, identificamos que apenas o menor IDHM está associado à maior abstenção eleitoral nestes municípios mineiros. Porém, se comparado ao universo dos municípios, outro fator carece de aprofundamento, uma análise dos fluxos migratórios. Já que em grande parcela dos municípios interioranos há um fluxo de eleitores em períodos de votação, mesmo naqueles onde o número universo do eleitorado ultrapassa o universo da população, como no caso do Piauí. O que explicaria a alta ocorrência de abstenção nesses municípios mineiros? Nossa hipótese, a ser testada em outros trabalhos, é que essa abstenção pode estar relacionada aos tipos de fluxos migratórios presentes nesses municípios (maiores distâncias, dificuldade de acesso ao município, renda e condições de vida desses eleitores migrantes, etc.).

Nos casos de menor abstenção eleitoral, os resultados apontaram que o fator o IDHM não afeta, exatamente por serem estados em que os municípios mantêm um alto IDHM médio. No caso do estado de Santa Catarina, a senioridade (ser maior

²⁴ Coligação: A Nova União Para O Progresso de Capitão PMDB / PSDB.

²⁵ Coligação: Acreditamos na União Que Faz Crescer Capitão PP / PDT.

de 70 anos) afeta menos a participação eleitoral que a média nacional, diferente dos casos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, onde a senioridade afeta mais que a média.

Uma das limitações deste trabalho está em centrar a análise nas características estruturais (PIB, IDHM), e não acessar os dados das características individuais (crenças e valores, adesão ao sistema democrático, educação e renda individualizados). Entendemos que novos estudos sobre a realidade local devem se debruçar sobre essas características, pois elas também são condicionantes importantes para a participação e comparecimento eleitoral. Um exemplo a ser explorado é a razão sobre a qual ser do sexo feminino afeta mais no incremento da abstenção eleitoral no Rio Grande do Sul e menos nos estados do Nordeste. Uma análise futura que incorpore valores que cultura política pode também ajudar a explorar sobre os resultados da participação eleitoral nas urnas, nos casos estudados, assim como no padrão nacional, são eleitos homens.

Por outro lado, compreendemos que o primeiro passo dado aqui, de avançar a análise para a dimensão subnacional, de estados e municípios, ajuda a compreender as variações internas da participação eleitoral a nível municipal no Brasil, bem como explora alguns fatores explicativos das altas taxas de abstenção.

**CITIZENSHIP, DEVELOPMENT AND ELECTION
ATTENDANCE: CONDITIONING FACTORS FOR POLITICAL
PARTICIPATION IN SMALL MUNICIPALITIES**

ABSTRACT: *The objective of the article is to discuss the rates of election attendance in small Brazilian municipalities. What factors interfere with the participation of local polling stations? Can the socioeconomic and demographic contexts be considered variables for understanding the rates of electoral participation? If so, how? The cases of the municipalities with the highest abstention, and the municipalities with the highest attendance in the 2016 elections were analyzed. Data from the HDI were analyzed, and a multiple linear regression was performed using the variables provided by the TSE. The hypothesis is that the socioeconomic development of the municipality influences the rates of local electoral participation. Based on the results, the article outlines some reflections on the influence of sociodemographic characteristics on election attendance and absenteeism rates.*

KEYWORDS: *Municipal elections. Small municipalities. Electoral abstention.*

**CIUDADANÍA, DESARROLLO Y PARTICIPACIÓN ELECTORAL:
FACTORES CONDICIONANTES DE LA PARTICIPACIÓN
POLÍTICA EN LOS PEQUEÑOS MUNICIPIOS**

RESUMEN: *El objetivo del artículo es discutir las tasas de participación electoral en los pequeños municipios brasileños. ¿Qué factores interfieren en la participación de las áreas electorales locales? ¿Pueden considerarse los contextos socioeconómicos y demográficos como variables para entender los índices de participación electoral? Si es así, ¿cómo? Analizamos los casos de los municipios con mayor abstención, y los municipios con mayor participación en las elecciones de 2016. Se analizaron los datos del IDH y se realizó una regresión lineal múltiple a partir de las variables proporcionadas por el TSE. La hipótesis es que el desarrollo socioeconómico del municipio influye en los índices de participación electoral local. A partir de los resultados, el artículo esboza algunas reflexiones sobre la influencia de las características sociodemográficas en los índices de participación y abstención electoral.*

PALABRAS CLAVE: *Elecciones municipales. Municipios pequeños. Abstención electoral.*

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.A.; VERBA, S. **The civic culture:** Political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park: Sage, 1963.

ARAÚJO, Cícero. Voto obrigatório. *In:* AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). **Reforma Política no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BARNES, S.H.; KAASE, M (org.). **Political action:** Mass participation in five Western democracies. Beverly Hills: Sage, 1979.

BELSLEY, David A. **Conditioning Diagnostics, Collinearity and Weak Data in Regression.** 1st ed. John Wiley and Sons, Inc., New York, NY, 1991. p.69-70

COSTA, Homero de Oliveira. **Alienação eleitoral no Brasil:** votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002). Tese. 244f (Doutorado em Ciências Sociais), PUC, São Paulo, 2006.

D'AGOSTINO, Roseanne. 348 cidades do país têm mais eleitores que habitantes. **G1.** Publicado em 14 de agosto de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/>

2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/348-cidades-do-pais-tem-mais-eleitores-que-habitantes.html. Acesso em: 14 mar. 2021.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e oposição. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

DETTREY, Bryan; SCHWINDT-BAYER, Leslie. Voter Turnout in Presidential Democracies. **Comparative Political Studies**, 42 (10), 2009, p.1317- 1338.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

FIGUEREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1991.

FISICHIELLA, Domenico. Comportamento eleitoral. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**, p.189-192. Brasília: Editora UnB, 1992.

HUNTINGTON, S. P.; NELSON, J. M. **No easy choice**: political participation in developing countries. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial**, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal**, 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE CIDADES – POPULAÇÃO. 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios. PIB por Município – 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

*Cidadania, desenvolvimento e comparecimento eleitoral:
condicionantes da participação política em pequenos municípios*

estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=piB-por-municipio&c=4304697. Acesso em: mar. 2021.

MELO, Karine. Cresce 60% o número de cidades com mais eleitores que habitantes. **Agência Brasil** – Brasília. Publicado em 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/cresce-60-o-numero-de-cidades-com-mais-eleitores-que-habitantes>. Acesso em: 14 mar. 2021.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian; SILVA, Rafael da. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p.91-108, jun. 2015.

SILVA, Rafael. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. Tese. 192f (Doutorado em Sociologia Política), UFSC, Santa Catarina, 2016.

TORCAL, Mariano; MONTEIRO, José Ramon; GUNTHER, Richard. Ciudadanos y partidos en sul de Europa: los sentimientos antipartidistas. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 101 (03), p.09-48, 2002.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais. 2016. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America** - Political Democracy and Social Equality. Harper & Row Publishers: New York, 1972.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality**. Civic voluntarism in American politics. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

Recebido em 11/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.